

## RESENHA

### Linguagem e escola: uma perspectiva social, de Magda Soares

Por André Sampaio

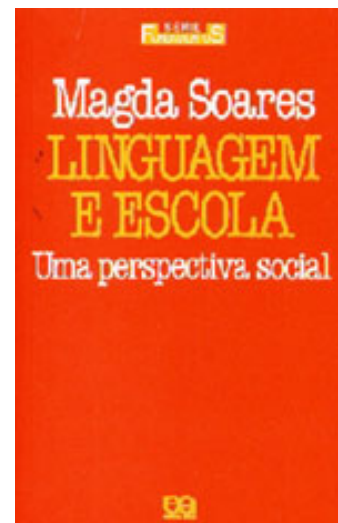
Mestrando pela Universidade Federal Fluminense  
Programa de Pós-Graduação em Letras.  
Área de Estudos de Literatura, Subárea de Literatura Portuguesa  
e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.  
E-mail: andresampaio2000@yahoo.com.br

Wesley da Silva tem nove anos. É mulato e estuda no Grupo Escolar Nossa Senhora da Ajuda, num bairro da periferia de uma grande metrópole brasileira. Ele não conhece seu pai e sua mãe é doméstica.

João Pedro Abrantes tem nove anos. É branco e estuda no Colégio França-Brasil, num bairro elegante de classe média alta. Seu pai é diplomata e sua mãe é professora da UFMG.

No livro “Linguagem e Escola: uma perspectiva social” Magda Soares analisa as relações entre linguagem e escola, visando contribuir para a compreensão do problema da educação das camadas populares no Brasil. Justifica a autora a relevância do debate acerca da educação popular em dados do IBGE, datados de 1982, que situam em 90% o percentual da população que recebe até cinco salários mínimos. Apesar dos vinte anos que nos separa, os dados ainda parecem ser representativos da realidade social brasileira.

Esses números apontam para a situação do ensino nas camadas populares e nos dão idéia da dimensão do problema: uma escola



Soares. Magda,  
Linguagem e escola: uma  
perspectiva social. 17<sup>a</sup>  
ed. São Paulo: Ed. Ática,  
2002, 95 p.



que deve ser dirigida especialmente para os desfavorecidos não corresponde a este desafio, pois são justamente esses os que mais aumentam as listas dos gigantescos percentuais de evasão escolar e de repetência.

Olha só o exemplo de Wesley. Está na primeira série pela terceira vez. Não faz progressos porque tudo o que ouve da professora parece não ter sentido. A linguagem dela é tão diferente da sua, mal consegue se interessar pelo que ela diz. A sua mãe está pensando em tirá-lo da escola e dar-lhe umas mariolas para vender no sinal.

No bojo das discussões em torno dos problemas enfrentados na escola está a linguagem. A autora afirma que a linguagem desempenha um papel fundamental, pois todo o processo educativo se desenrola através da linguagem. Se os alunos usam um código linguístico diferente do usado pelos professores, o resultado só poderá ser a falência do papel da escola: o diálogo e a produção de conhecimentos não se constituirão.

Ao longo de toda obra, a autora apresenta a história de produção de alguns conceitos sobre a função da educação desde os anos 60 até a atualidade. Traz explicações de três autores fundamentais para questões como: de quem é a culpa pelo insucesso na educação popular? Qual o papel da escola para diminuir as desigualdades sociais e garantir a democratização do ensino? Para responder a essas questões, a autora aborda pelo menos três teorias que de diferentes formas apresentam as causas do fracasso escolar das camadas populares.

Primeiramente a autora apresenta a teoria da **deficiência linguística** de Basil Bernstein. Para esta teoria, os alunos provenientes das camadas desfavorecidas tem maiores dificuldades nas escolas devido à pobreza do contexto cultural em que vivem. Esta teoria vem se contrapor a idéia de que os alunos são responsáveis individualmente pelo seu fracasso escolar, por trazer consigo uma incapacidade inata para aprendizagem. Segundo a teoria do déficit lingüístico, o principal problema estaria na linguagem deficiente – no código restrito – usada pelos alunos oriundos das classes trabalhadoras. Essa linguagem se caracterizaria pelo vocabulário pobre, pela sintaxe confusa, por abundantes erros de concordância e pronúncia etc. As crianças deficitárias lingüisticamente enfrentariam, assim, um grande obstáculo à aprendizagem escolar e esse déficit estaria na origem dos problemas da educação popular.

Desse modo, enganado seria dizer que Wesley repete o ano porque é desleixado ou inapto para o estudo. O correto seria dizer, que Wesley enfrenta dificuldades maiores porque, sendo pobre, não tem em sua família acesso aos mesmos recursos culturais e lingüísticos que tem João Pedro, aluno de classe média.

De acordo com Bernstein, no exemplo acima, Wesley usa um código restrito, ao passo que João Pedro usa um código elaborado.

De acordo com os partidários desta teoria, seria necessário reduzir o déficit cultural (e inserido neste conceito está o déficit lingüístico) dos alunos das camadas populares através de um programa que compense as condições de pobreza cultural a que são expostos dentro de seu meio. Seria preciso agir cedo para minimizar os efeitos prejudiciais que as famílias das classes trabalhadoras, atrasadas e incultas, teriam sobre seus próprios filhos. Essa idéia norteou muitos programas de educação compensatória no Brasil e seu insucesso talvez num erro implícito na própria teoria da deficiência lingüística, como veremos apontado na próxima teoria, a teoria das **diferenças lingüísticas** de Labov.

Foi Labov, sociolingüista norte-americano, o criador da teoria que contestou a teoria da deficiência lingüística. Estudando os dialetos utilizados por grupos étnicos específicos (negros do Harlem, “chicanos” e porto-riquenhos), Labov sustentou que a linguagem que usavam, longe de ser “restrita”, “deficitária”, “ilógica”, era expressiva e continha uma lógica própria. A linguagem popular empregada pelas crianças dos guetos era perfeitamente estruturada como uma gramática própria e seu vocabulário era tão extenso como o de qualquer outra criança.

Segundo este autor, a teoria da deficiência lingüística parte da idéia preconceituosa e falsamente científica segundo a qual podem existir variedades lingüísticas melhores que outras. Para ele os estudos de Antropologia e Lingüística mostram que todas as culturas e todas as línguas são igualmente válidas, sendo inaceitável se falar em culturas ou línguas superiores. O mesmo vale para as variedades de uma mesma língua usadas em uma mesma sociedade, como o nosso Português padrão e o Português popular. Um não é melhor do que o outro, já que os dois são adequados ao meio em que se utilizam. A linguagem das classes desfavorecidas é **diferente**, e não **deficitária**, em relação à linguagem padrão, usada pelas classes dominantes.

Portanto, a principal falha da teoria da deficiência lingüística estava no fato de atribuir o fracasso escolar à linguagem deficiente das camadas populares, já que, a linguagem não era deficiente e sim uma linguagem diferente vinculada aos seus modos de vida e percepção de mundo.

A linguagem de Wesley é sem dúvida diferente daquela usada por João Pedro: as palavras, a estrutura das frases, a pronúncia, tudo é diferente. Mas ambos são espertos e conseguem se comunicar sem problemas. Só que João Pedro vai bem na escola, gosta de estudar e está na terceira série. E Wesley, como já vimos, está na primeira e está doido para fugir da escola.

Para a teoria da deficiência lingüística, dentro de uma língua há um dialeto-padrão, utilizado pelas elites, e dialeto não-padrão, usados nos meios populares. O papel da escola não seria o de erradicar o dialeto não-padrão, mas sim o de habilitar os seus falantes ao uso do dialeto-padrão para usá-lo quando requerido pela situação. É o bidialetalismo funcional: as classes desfavorecidas devem aprender na escola a

linguagem usada pelas classes dominantes para se adaptarem ao sistema. Essa teoria foi uma evolução em relação à primeira, mas ainda não satisfaz plenamente àqueles que se preocupam com o tema da igualdade social.

Segundo a autora, as duas teorias citadas vêem a escola como redentora, isto é, como um espaço em que se possam superar as desigualdades sociais através do acesso de todos igualmente à cultura. Para ela, as soluções apresentadas por essas teorias acabam reproduzindo a situação de desigualdade que existe na sociedade, pois não questionam em nenhum momento a origem dessas desigualdades. Em ambas, o aluno carente, quer por possuir um código restrito, quer por usar um dialeto diferente da língua-padrão, precisa de uma especial atenção para que adquira a capacidade de se comunicar na língua padrão. A proposta que ambas apresentam significa deixar de lado a cultura e a linguagem das classes desfavorecidas da sociedade e educá-las segundo os valores e da língua-padrão das classes dominantes. Isso só reafirma a condição de subordinação das classes populares às classes dominantes.

Magda Soares crítica essas duas teorias anteriores baseada nas idéias do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para ele, a comunicação não é somente codificação-decodificação, mas sim uma relação de força simbólica, que é determinada pelos grupos sociais em que se dá o diálogo. Quer dizer, o meio em que se dá o ato de comunicação e o papel social dos interlocutores são colocados em primeiro lugar na análise do ato de comunicação. Assim, o discurso de um advogado, que usa bem a língua-padrão, vale mais do que o discurso de um camponês, que se comunica no seu dialeto não-padrão, mesmo que o conteúdo do discurso seja o mesmo em ambos os casos. No mercado lingüístico o preço do discurso do advogado é maior porque ele, entre outros fatores, domina uma **linguagem legítima** (linguagem das classes dominantes), quer dizer, uma linguagem aceita por todos como válida.

Dentro da escola, a linguagem e a cultura dos estudantes provenientes das classes dominantes são transformados em capital, isto é, em valor no mercado cultural. Por outro lado, os alunos das classes dominadas possuem uma linguagem considerada não-legítima e está nisso a origem de suas dificuldades, já que a escola é o espaço em que se veicula a cultura dominante. Ou seja, enquanto os alunos das classes favorecidas transformam sua linguagem familiar e cotidiana em capital lingüístico escolarmente rentável, os alunos das classes populares estão, desde seu ingresso na escola, em situação de desvantagem. A solução desse problema estaria na transformação da estrutura social como um todo e só a eliminação das discriminações e das desigualdades sociais e econômicas poderiam garantir de fato a igualdade de condições no rendimento escolar das classes populares.

Assim, a solução para essa grave injustiça social, que faz com que Wesley e João Pedro, ambos inteligentes e com a mesma idade, tenham tratamento tão desigual na escola, não está apenas na escola, por mais boa vontade e espírito crítico que tenham os seus professores. Para resolver o problema da educação popular é preciso repensar e rever anteriormente uma sociedade altamente desigual e injusta, que se utiliza da escola



Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 7 - Novembro. 2009 - ISSN 1983-2354  
Especial - Afro-Brasileiros: **Construindo e Reconstruindo os Rumos da História**  
[www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com)

para reproduzir seus mecanismos de exclusão social que impede que seres iguais tenham oportunidades tão diferentes só porque falam diferentes variedades da mesma língua.

É que a escola repense seu papel na sociedade e contribua para uma mudança significativa da estrutura social. Sendo assim o papel da escola seria o de vitalizar e direcionar adequadamente as forças progressivas nela presentes e garantir às classes populares a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social. Uma escola transformadora é, pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, e que, por isso, assume a função de proporcionar as camadas populares, através do ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e reivindicação social.

Professores e educadores precisam entender que esse sistema que impede a mudança é o mesmo que abre as portas para significativas transformações. Sociedade e escola precisam estar mobilizadas para que a mudança aconteça. É um processo lento, porém válido. O que não pode mais acontecer é cruzarmos os braços e assistirmos a situação de Wesley, e dizer que é muito difícil mudar o sistema. Tornar a realidade de Wesley e João Pedro iguais é trabalho para todos nós, mas para que essa realidade se transforme, temos que nos transformar primeiro, criando assim uma sociedade mais justa e solidária.

Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 7 - Novembro. 2009 - ISSN 1983-2354  
Especial - Afro-Brasileiros: **Construindo e Reconstruindo os Rumos da História**  
[www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com)